



## CONTEUDO

Editorial . . . . . p.2

Sithabile: Cuidar crianças vítimas do tráfico humano . . . . . p. 2

Relação entre recrutamento dos bailarinos exóticos estrangeiros e o tráfico humano: uma experiência canadiana . . . . . p. 3

Tsunami: O tráfico pode seguir . . . . . p. 4

## AGENDA

**Treinamento das ONGs pela OIM:**

**Março 2005**  
Zâmbia

**Junho 2005**  
Zimbábue

**Setembro 2005**  
Malawi/Mozambique

Informações para treinamento da sua organização podem ser obtidas contactando o escritório regional de OIM para África Austral:  
Tel: +27 12 342 2789 ou através do email: eye@iom.int

## MALAWI - A Reforma Legislativa Atinge Traficantes Humanos

Malawi, foi o último país da África Austral a se juntar ao movimento internacional contra o tráfico humano. Este estado africano até aqui só tinha ratificado a convenção das Nações Unidas Contra os crimes transnacionais e o seu suplemento, o protocolo de impedir, suprimir e punir os traficantes, mas agora tudo parece que o estado está engajado no processo de reformas legislativas, que esperamos culminar na legislação específica no combate do tráfico humano. A reforma legislativa só veio depois do Relatório sobre o Tráfico Humano do Departamento dos Estados Unidos ter colocado o Malawi na Bancada 2, classificando o Malawi como um país que não observa com exigências mínimas estabelecidas pela US Trafficking Victims Protection Act (TVPA) de 2000. De toda maneira, o país engajou-se na implementação de outras medidas adicionais na luta contra o tráfico humano que o impediu ser ainda mais uma vez, ser promovido para Bancada 2. A ratificação foi estimulada pela ameaça levantada sobre existência do tráfico humano no Malawi.

O Relatório da OMI sobre o tráfico humano na África Austral em 2003 revelou, que o Malawi era anfitrião de três padrões sobre o tráfico humano: a) Vítimas provenientes de Malawianos eram traficados para Europa através de mulheres de negócios Malawianos em colaboração com sindicatos Nigerianos, para exploração sexual na Alemanha, Bélgica e Itália; b) Raparigas and Rapazes inferiores a 18 eram recrutados pelos turistas para Bélgica, Países Baixos e o Reino Unido para fins de sexo, pornography, e pedofilia; c) Existe também um crescimento de recrutamento de adolescentes e de mulheres para indústria do sexo pelos motoristas de longo curso e pelas mulheres de negócios Malawianos para cidade de Johannesburg. Através de uma entrevista eletrônica feita pelo OMI ao oficial da Comissão da reforma legislativa, Sr. Austin Mswoya, revelou que Malawi era também um país de destino das vítimas tráfico de estrangeiras.

Mas o futuro parece mais brilhante para Malawi. Senhor Mswoya justamente acabava de produzir um relatório de pesquisa, que constituirá um trampolim para a Comissão Legislativa desenvolver um documento base para ser apresentado ao parlamento. Espera-se, que a lei sobre combate ao tráfico humano podera por fim

sua existencia como foi recomendado pela Acta da Comissão Legislativa. Deve-se anotar, no entanto, que o obstáculo mais sério na prosequção dos traficantes e proteção das vítimas em muitos países hoje, se situa na falta de uma legislação específica para actuação. A comissão pretende estabelecer uma estrutura legal que impeça traficantes, prosequite traficantes, e também proteja a população em geral, especial mulheres e crianças vítimas do tráfico. Este diploma conta facilitar estabelecimento de um ambiente que reconheça e



**Malawi, como esta indicado no mapa, está a tomar medidas que provavelmente vão colocar o país fora da segunda bancada no próximo relatório do departamentos de estado dos Estados Unidos sobre a Protecção das Vítimas do Tráfico**

respeite as direitos humanos, vítimas de tráfico, que rehabilite e permita uma reintegração positiva na sociedade, tudo realçando a capacidade da actuação da lei.

A comissão já sugeriu emendas ao código penal, que preve tomar as algumas medidas transitorias para combater o o fenomeno do tráfico. Espera-se, que estas emendas serão destinadas para combater o tráfico a curto prazo, enquanto uma lei mais completa seja desenvolvida. As emendas ao código penal serão muito brevemente introduzidas no parlamento.

No entanto, os desafios se encontram entre a Comissão Legislativa do Malawi e a luta nacional de contra o tráfico humano. Ao trabalhar para produzir uma legislação sadia, o país tera, no entanto, de atacar e tratar a situação actual.

Senhor Mswoya, por exemplo identifica a falta de capacidade e treinamento de Instituições no reforço da lei, como um dos grandes desafios em Malawi. Estas instituições são incapazes de identificar traficantes e vítimas do tráfico humano, não existem

► *Continuado adiante Página 2*

## Editorial

Caro Leitor,

Temos o prazer de lhe oferecer a quarta edição sobre um "Olhar sobre tráfico Humano". Esta é a primeira publicação do ano 2005.

No seu ano inaugural, o "EYE" atraiu atenção de governos, agências de capacitação institucional, organizações da sociedade civil e comunicação social através da África Austral. Recemos muitos elogios e agradecimentos dos leitores. Em 2005, nós continuaremos a identificar novas rotas e tendências, como fizemos na segunda edição do "EYE", com a publicação de um artigo de "uma mulher sul Africana traficada para Macau". Haverá também tópico sobre o "debate", "perspectivas", que ofereça análise e que caracterize o segmento, de alguns realidades e desafios que OMI tem encontrado ao longo do seu trabalho no combate ao tráfico humano. Nós

esperamos, também oferecer-lhe o "perfil do país" numa base regular, e continuaremos a recolher as melhores práticas que sugerem contribuir no combate efectivo do tráfico humano usadas fora da nossa região.

Como sempre, o nosso melhor recurso é você, nosso leitor. Se você pensar a discussão trazida nas nossas edições do "EYE", mereceria maior desenvolvimento da forma como tratamos as questões sobre o tráfico humano, ou se tiver outros comentários e sugestões constructivas, por favor de contactar a nossa equipa da redacção do "EYE". ■

*Martens Jonathan*

*Gerente de Programa Sobre combate ao tráfico humano  
Escritório regional de OMI para África do Austral,  
Pretoria*

# Sithabile: Cuidar crianças vítimas do tráfico humano

Sithabile Child e Youth Care Center são lugares onde crianças podem encontrar um tecto seguro, onde reparam sua infância, aprendem a jogar e a ler. Estes centros oferecem um espaço para as crianças pensarem no seu futuro com esperança. Sithabile significa unicamente "nós somos felizes".

Estabelecido em 1994 por Irmã Thabisile Msezane, como uma resposta a incidência elevada da negligência de criança dentro das comunidades e fazendas. O Centro tem já 6 anos de existência, um abrigo para crianças nas áreas de Johannesburgo. A missão do centro é fornecer facilidades e reeducação de crianças em crises através da educação e aconselhamento. O centro também fornece facilidades de reabilitação e aconselhamento para famílias em aflição, e assim vai positivamente influenciando comunidades.

Nos últimos dez anos, o centro cresceu, de ponto a abrigar mais de 100 crianças vulneráveis de todas as idades. Centro adquiriu estruturas para começar a trabalhar para auto-suficiência, e pretende abrigar mais crianças que se encontrem em situações abusiva e traumáticas.

O que faz de Sithabile um centro peculiar em relação aos outros centros de abrigo, é a sua missão. Este centro se dedica no sentido de educar a sociedade, e na necessidade de proteger crianças através do abrigo. Sithabile é um daqueles raros abrigos que procura compreender implicações de tráfico humano e o bem-estar das crianças, este centro juntou-se à luta contra o tráfico humano sem reservas.

Como parte do movimento global contra trabalho forçoso de menores, reconhece-se que tráfico humano e exploração sexual são as piores formas de emprego. Foi por isso, em 2003, Sithabile, em colaboração com End Child Prostitution, Child Pornography e Trafficking of Children for Sexual Purposes (ECPAT), apadrinharam um programa sobre juventude e vítimas do tráfico humano. Este programa envolveu 3 dias de treinamento e capacitação em 3 países da África Austral:

Malawi, Mozambique, e South Africa. Este tinha três fases: a primeira fase era treinar e capacitar o pessoal sobre aspectos de aconselhamento. A segunda fase foi dedicada na capacitação e conscientização da juventude através dos meios, usando actividades do lobbying para os direitos de crianças. A última fase foi dedicada ao reforçamento da lei na identificação e proteção das vítimas do tráfico humano.

Os participantes de seminário de capacitação criaram uma associação conhecida como Youth Ending Commercial Sexual exploitation (YECSEC). Esta é uma coligação de jovens, que sob as auspícios de Sithabile se dedicam a luta contra o tráfico das crianças. YECSEC usa o desporto, teatro, música e outras formas de divertimentos para propagar a sua mensagem de luta contra exploração comercial e

trazem. Elas são instruídas e depois integradas na sociedade. Estas crianças tem todas as condições e apoio que corresponda as suas necessidades. ■

*Ajude Sithabile, ajude Crianças abusadas e abandonadas. Para doar alimentos, roupa usadas, material escolar, material de construção, equipamento de jardim, brinquedos para crianças e outros artigos, contacte os números que se segue:  
Escritório de IOM em Pretoria: 012 342 2789.*

*Os doações em dinheiro podem ser depositado diretamente para Sithabile: Sithabile Child and Youth Care Center, Reg. 98 20391, Nedbank, Germiston. Account number. 1547006277.*

## MALAWI - A Reforma Legislativa Atinge Traficantes Humanos

procedimentos e treinamento, em como lidar com estes assuntos. Estas instituições são também incapazes de detectar os padrões do tráfico, e não estão equipados com as habilidades apropriadas para detectar situações e processos de tráfico. Muitas vezes, as vítimas são tratadas como criminosos, especialmente aqueles que são traficadas para o mundo da prostituição.

As vítimas estrangeiras são recolhidas e repatriadas como imigrantes ilegais, sem no entanto considerar suas circunstâncias especiais. Quando prendidas, as vítimas provenientes de Malawi são tratadas muito provavelmente como prostitutas ordinárias, e são postas em presões preventivas sem muitas vezes uma devida investigação das suas circunstâncias. Muito frequentemente, as vítimas são enviadas para mesma situação que os fez vulnerável, aos traficantes. ■

*Para mais informações, comentários ou sugestões sobre a Comissão da Reforma Legislativa, contra tráfico humano, favor de contactar Sr. Austin Msowoya: Telefone: +265 (1) 772 442, fax: +265(1) 772 532, móvel: +265 (9) 962 223.*



**Thabisile Msezane começou Sithabile em sua própria casa como um abrigo para as crianças negligenciadas e abusadas nas fazendas. Hoje, Sithabile cresceu de tal ponto que abriga mais de 100 crianças abusadas e abandonadas de diferentes países, incluindo crianças vítimas do tráfico.**

sexual das crianças nas comunidades e escolas locais na África Sul.

Além de fazer campanha de luta contra o tráfico humano, Sithabile também abriga e toma cuidado de crianças vítimas do tráfico humano, alguma delas provem de países estrangeiros. Estas crianças beneficiam da experiência de Sithabile, este centro oferece todas as oportunidades de realizar em pleno as potencialidades que essas crianças

# Características/Análises: Bailarinos exóticos estrangeiros e tráfico do ser humano: Uma Experiência Canadiana

Um recente artigo que apareceu em Pretoria News, descrevia que um dos proprietários de clube de bailarinos exóticos na África do Sul tinha afirmado: - "eu não encontro muito talento na praça local para encher os meus seis clubes, e eu tenho mais dois clubes por abrir este ano" (Ancer, 2005). No mesmo artigo, um porta voz do departamento de assuntos internos e migração, tinha respondido: - "nós estamos cientes dos perigos do possível tráfico humano, mas nos estamos muito vigilantes" (Ancer, 2005).

Será que existe uma ligação entre a importação dos bailarinos exóticos estrangeiros e o problema de tráfico humano? No Canadá, o problema foi atacado muito severamente quando houve uma revelação que o governo canadiano coordena um programa de visto de trabalho, que facilitava o recrutamento de bailarinas exóticas. Havia políticas que permitia aos proprietários de clubes recrutar bailarinos entre as mulheres canadianas, e oferecer condições de trabalho e salários mais atrativos. O governo de Canadá respondeu que as mulheres canadianas não mostravam interesse em trabalhar na indústria, e consequentemente tiveram a obrigação de responder às necessidades do pessoal da indústria de bailarinos exóticos para assegurar a sua sobrevivência, facilitando o recrutamento no estrangeiro (Martinuk, 2004).

Muitos observadores criticaram severamente a posição do governo canadiano, apontando que, isto teria aberto porta para o tráfico humano. Uma das críticas apontavam que: "o aumento no recrutamento bailarinos exóticos estrangeiras e sua integração no sistema local da prostituição, coloca o Canadá entre os países com maior participação no grande negócio do tráfico de mulheres no mundo" (Audet, 2004). Um outro crítico comentava que, "... oficiais de migração trabalharam em conjunto com sindicatos de crime organizado para fornecer aos proprietários dos clubes uma renovação constante de vistos de trabalho de mulheres estrangeiras, para cobrir as "alegadas necessidades", contribuindo assim para prosperidade da indústria canadiana do sexo" (Audet, 2004). "... Este é um país onde se utiliza o crime organizado como um sócio do recurso humano" (LifeSiteNews.COM 2004). Um artigo de jornal indica que "Canadá é tipicamente um líder no mundo de direitos, o Canadá exige mais direitos para as mulheres nas conferências internacionais e nas Nações Unidas. Mas as nossas próprias políticas parecem ver direitos de tirar mulher nas situações denigrantes do terceiro mundo e para coloca-las em mesmas condições denigrantes [no Canadá]" (Martinuk, 2004).

Antes deste grito público, um estudo de pesquisa: Trabalhadores Emigrantes do Sexo de Europa do Leste e da ex- União-Soviética: O caso canadiano. Este artigo revelava que o departamento de assuntos de mulheres da Canadá, tinha financiado o projecto, para explorar as experiências de mulheres europeias e orientais em trabalhar como bailarinas exóticas no país. O estudo encontrou que "o recrutamento, migração e emprego das mulheres eram caracterizados pela exploração, ilegalidade, frequentemente em condições muito deploráveis. Nestas circunstâncias "mais de metade" das mulheres entrevistadas revelavam que foram traficadas" (McDonald et al, 2000). O estudo indicou ainda, que as mulheres tinham os seus passaportes confiscados e uma movimentação restrita. Elas eram fisicamente abusadas pelos traficantes. Por outro lado familiares das vítimas eram intimidados pelos traficantes nos seus países de origem. Muitas vezes eram advertidas, se fougissem podiam ser presas pela policia e talvez repatriadas. A maioria dessas victimas não falavam inglês nem tão compreendiam leis locais. Em alguns casos, sofria de excessivos impostos (McDonald et al, 2000). Também foi revelado que muitos acabam de entrar no mundo da prostituição. "a pressão fazer actos sexuais e masturbação eram muitas vezes acompanhadas pela ameaças e coerção fisica e sexual" (Macklin, 2003). O estudo concluiu que, "os temas tratados revelam e os dados recolhidos revelam aproximadamente a vida de mulheres, que geralmente são vítimas de

tráfico humano no mundo" (McDonald et al, 2000). Entretanto, os resultados deste estudo continuam não interpelar as políticas do governo canadiano. De fato, a política continuou por mais outros quatro anos.

No seu artigo sobre: "Bailarinas exóticas", tráfico e políticas canadianas de imigração, a professora de Direito da Universidade de Toronto, Audrey Macklin, analisa o programa de visto de trabalho para bailarinas exóticas e a implicação do Canadá no tráfico transnacional de mulheres na exploração sexual. O artigo avalia a necessidade de convidar as bailarinas exóticas estrangeiras para o canada, e investiga as razões que levam as mulheres locais a não participarem na indústria e as razões que atraem as mulheres estrangeiras. Macklin afirma que a falta de bailarinas exóticas no Canadá veio através de mudanças nas condições de funcionamento dos clubes, sobretudo com a introdução de dança regaça nos meados de 1990. "com advento desta nova dança expôs mulheres a um contacto físico inevitável e indesejado com clientes... em princípio, os patões são proibidos de tocar as mulheres. Mas em pratique, eles o fazem ... as bailarinas exóticas [ no Canadá ] preferem formas de não contacto sexual nas suas actividades, mas com a introdução do novo de stilo regaço o contacto sexual tornou inevitável e indispensável da sua actividade" (Macklin 2003).

Para satisfazer a demanda, os proprietários dos clubes começaram a explorar Europa do Leste, onde muitas mulheres jovens estavam ansiosas de encontrar novas oportunidades de trabalho no Canadá. "Uma foram para o Canadá sob falsos pretextos e com uma esperança frágil de encontrar uma vida melhor, so depois de estarem confrontadas com insegurança social e econômico, abuso físico, decepções morais, sociais, incapacidade de se adaptar ao novo estilo e local de trabalho, muito frequentemente esta gente fica, armadilhada no impossível mundo do comércio e indústria sexual" (McDonald et al, 2000).

A professora Macklin mantém que, "actualmente este comércio de mulheres é facilitado (se frouxamente organizado) por uma extensiva rede de contrabando, traficantes, proxenetas, e corretores, baseados no Canadá e na Europa do Leste. Estes trabalham conjuntamente com proprietários de clubes canadianos para fins estabelecer a relação entre oferta da Europa do Leste e demanda canadiana. Isenção de validação do visto de emprego para as bailarinas exóticas no Canadá forneceu um circuito legal para esta conexão" (Macklin 2003). Ela argumenta, que o programa do visto das bailarinas exóticas para o Canadá revela a implicação do país no tráfico global das mulheres em duas formas. Para aqueles que foram iludidas sobre o tipo de trabalho que estariam a fazer, são hoje forçados a viver no clima completamente intimidação e abuso. Para aqueles que sabiam o tipo de trabalho estariam envolvidos, estão hoje sujeito a imposição duros impostos, trabalho forçado, e até escravagismo sexual.

Na conclusão a professora indica, " enquanto houver resistencia da parte do estado em dedicar recursos necessários para proteger tráfico de mulheres, o custo humano de tráfico continuará a ser pago pelas próprias mulheres" (Macklin das mulheres, 2003). Julgando pela experiência canadiana, o ponto de vista da professora Macklin podia ser relevante na proteção de mulheres na África do Sul e também no mundo inteiro. ■

1. Ancer, J. "Strip club recruiting dancers from abroad", Pretoria News. 31 jan 2005.
2. Audet, E. "Canada contributes to the Sexual Trafficking of Women for Purpose of Prostitution". WWW.sisyph.org. 10 November 2004.
3. LifeSiteNews.COM. "Canada Abruptly Ends Special Visas for Exotic Dancers after Inquiries inot Underage Strippers". December 2004.
4. Macklin, A. "Dancing across borders: 'Exotic dancers' trafficking and Canadian immigration policy" *The International Migration Review*. NY: Summer 2003. Vol. 37, Iss.2.
5. Martinuk, S. " Liberal Out of Step With Women's Rights". Vancouver Province. 2 December 2004
6. McDonald, L. Moore, B. Timoshkina, N. " Migrant Sex Workers from Eastern Europe and the Former Soviet Union: The Canadian Case. " *Status fo Women Canada*. 2000.

# TSUNAMI - O Tráfico Pode Seguir

O total impacto do tsunami no sudeste Asiático e África está a se tornar um fenómeno aparente como ainda os serviços de riscos, procura e assistência continua a ser canalizada para os sobreviventes. No entanto, os sindicatos do crime organizado já teriam encontrado este desastre natural como uma oportunidade de escalar as suas operações no tráfico humano naquelas partes do globo.

Muita dessas áreas assoladas pelo tsunami, incluem um dos grandes polos do tráfico global como a Indonésia, Sri Lanka, Malaysia, Tailândia e Índia. Segundo o relatório do departamento dos Estados Unidos de América de 2004, estes países não observam os padrões mínimos estabelecidos pela Acta de Protecção das Vítimas do Tráfico (TVPA).

Milhares de crianças de diferentes origens de vida social, são hoje orfaos e muitos parentes encontram-se sem filhos para dedicarem o seu amor nas áreas devastadas pelo tsunami. Carolyn Miles, representando uma organização caritativa internacional, Save The Children, disse ao centro notícias CBS que "para ter uma ideia, nós estivemos numa aldeia na Indonésia, onde encontramos mais 700 crianças sem seus parentes." Estas crianças eram uma presa muito fácil para traficantes que promettesse leva-las para o estrangeiro, para fins de explorativos, seja para indústria do sexo ou para trabalho forçado. Uma agência de assistência da Indonésia revelou que sete casos de tráficos de menores tinha sido já notificado à Organização Internacional para Migração (IOM) na Indonésia.

Segundo John Miller, director, do Departamento dos Estados Unidos para monitoração e combate do tráfico de pessoas, houve até aqui poucas denúncias sobre o tráfico de pessoas depois do tsunami. No entanto ele acrescenta que "...tráfico não pode provavelmente ocorrer uma semana depois a seguir tsunami, ou muito menos duas semanas depois, mas pode acontecer depois de vários meses, quando as crianças e as famílias se derem conta do estado de vulnerabilidade, e comecem a pensar nas oportunidades para educação e emprego."

Isto levanta questões de segurança de sobreviventes homens, mulheres, e crianças que procuram escapar permanentemente do horror que tsunami impôs sobre eles. Grupos de crime organizado operando nestes países podem mover-se rapidamente para aproveitar o caos instalado pelo tsunami, para coagir e persuadir vítimas que existem novos pastos, mais verdes para aliviar a sua desgraça e pobreza. Em muitos outros casos, mulheres e crianças podem ser sequestrado. Elas são

vulneráveis, porque não tem dificuldades em obter documentos de identificação, dinheiro, ou abrigo.

Desastres como estes causam naturalmente migração, e os sindicatos criminosos exploram estes eventos, isto não é um fenómeno novo. Em alguns países, como Indonésia por exemplo, existem alguma capacidade na monitoração e práticas adoptivos de crianças e o movimento de menores na acompanhadas. No entanto, estas insituições estabelecidas antes do evento do Tsunami, são hoje incapazes de monitorar toda movimentação nestes países. Alguns governos e ONGs tentam oferecer algum auxílio neste sentido.

O Departamento de Estado dos Estados Unidos indicou se um grande problema tráfico pudesse apresentar e identificado, onde uma resposta pragmática podia ser chamada, "nós estaremos prontos a dar o nosso total apoio." No Reino Unido, por exemplo, uma unidade da protecção de crianças foi estabelecido pela polícia britânica para impedir o tráfico de criança e exploração sexual depois do tsunami. Esta "celula de agentes de inteligência" trabalha com diversas organizações internacionais incluindo o OMI.

África do Sul como um país de destino ou de trânsito para vítimas traficadas devem agora agir e alertar unidades policiais, aeroportos e os pontos de entrada, e sensibilizar as autoridades para serem mais vigilantes em detectar entradas falsas ou movimentos suspeitos. Os oficiais de imigração devem ser vigilantes, por exemplos as mulheres e as crianças provenientes de países onde o fenómeno do Tsunami foi devastador. Outros países da África Austral também precisam de ser sensibilizados, podem ser os possíveis países de trânsito dos traficantes para África do Sul e outras partes do mundo, se não mesmo, como países de destino.

Isto poderá ajudar provavelmente vítimas do tsunami que se encontrem na África Austral, e possivelmente impedi-las de se tornar vítimas de novo, desta vez de um desastre projectado pelo homem. ■

## Quotação

... o Tráfico não pode provavelmente ocorrer uma semana depois o tsunami, ou muito menos duas semanas depois, mas pode acontecer depois de vários meses, quando as crianças e as famílias se derem conta do estado de sua vulnerabilidade, e comecem a pensar nas oportunidades para educação e emprego.

*John Miller, Director do Departamento do estado dos Estados Unidos de América: Monitoração e combate do tráfico as pessoas, depois da incidência do Tsunami.*

Boletim Trimestral publicado pela Organização Internacional de Migração (OIM), Gabinete Regional para a África Austral.



[www.iom.org.za](http://www.iom.org.za) [www.iom.int](http://www.iom.int)

### OIM Gabinete Regional (Pretoria)

Tel +27 (0) 12 342 2789

Fax +27 (0) 12 342 0932

### OIM Cape Town

Tel +27 (0) 21 425 4038

Fax +27 (0) 21 419 3725

### OIM Luanda

Tel: +244 2 370877

Fax: +244 2 370977

### OIM Kinshasa

Tel: +243 81 032 5533

Fax: +243 880 1662

### OIM Lusaka

Tel: +260 1 254 055

Fax: +260 1 253856

### OIM Harare

Tel: +263 470 5859/8632

Fax: +263 470 4906

Subscreva-se à versão gratuita electrónica  
Envie uma mensagem electrónica para o portal :  
[eye@iom.int](mailto:eye@iom.int)

**\* Ligue para a Linha directa de Apoio às Vítimas do Tráfico Humano da OIM caso precisar de ajuda ou de informações:**

**0800 555 999**

**(24 Horas: chamada gratuita)**

**\*Apenas África do Sul**



Department of Foreign Affairs - South Africa



Bureau for Population, Refugees, and Migration



NORWEGIAN EMBASSY